



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

EDITAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ torna pública a realização de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

ESCLARECIMENTOS: Pedido de esclarecimentos deverão ser apresentados EXCLUSIVAMENTE pelo e-mail licitacoes@tremembe.sp.gov.br, encaminhada à Comissão de Licitação encarregada pelo certame, em até 3 dias antes da data prevista da abertura das propostas de venda.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Esta Chamada Pública fundamenta-se nos seguintes dispositivos: Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; Lei nº 11.947/2009, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar; Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), aplicada subsidiariamente e no que tange aos contratos administrativos; Lei nº 15.178/2025, que institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e prioriza grupos de jovens agricultores; Lei nº 15.226/2025, que altera o percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar e regras de validade de produtos; Resolução CD/FNDE nº 4/2026, que dispõe sobre a gestão e oferta da alimentação escolar no âmbito do PNAE; Resolução CD/FNDE nº 1/2026, que estabelece os novos valores per capita para o repasse de recursos; Resolução CD/FNDE nº 7/2024 (e sua retificação), que institui a Solução BB Gestão Ágil para comprovação de execução de recursos. Entende-se, neste instrumento convocatório, que estão implícitas todas as alterações e regulamentações em vigor dessas mesmas leis, independente de expressa citação neste sentido, quando da indicação do texto legal.

2. DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

2.1. O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para alimentação escolar, visando o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e a formação de hábitos saudáveis dos estudantes.

ITEM	OBJETO	UNID.	QUANT.	Valor unitário
01	ABOBORA, TIPO "CANHÃO" - madura, seca, coloração uniforme e vermelha por dentro, coloração uniforme e característica por fora. Isenta de enfermidades materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, sem lesão, podridão, queimada do sol, passado e imaturo.	kg	630	R\$ 5,94
02	ABOBRINHA BRASILEIRA – isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; lesão, podridão, queimado do sol e passado.	kg	680	R\$ 11,88
03	ACELGA , coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida e com suas folhas bem fechadas; firme e intacta; isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; lesão, podridão, queimado do sol, passado – peso mínimo por unidade: 1,5 quilos.	Un	1700	R\$ 6,97
04	ALFACE CRESPA , (entre 250 a 400 g cada), em cabeça, fresca, sem lesões nas folhas internas de origem física ou mecânica, podridão, queimado do sol, passado.	Un	1380	R\$ 5,09
05	BANANA NANICA , em pencas, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; sem podridão, amassado, dano profundo, maturação precoce, queimado do sol, traça, empedramento, injúria grave por frio.	kg	22200	R\$ 7,17
06	BANANADA , doce de banana elaborado exclusivamente com banana, sem adição de açúcar, sem adição de adoçantes e sem glúten. Ingrediente: banana. Embalada individualmente em plásticos atóxicos, resistentes, com 30g. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.	Un	27500	R\$ 4,32
07	BATATA INGLESA ESCOVADA , firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras, cortes, esverdeamento, brotação, embonecamento, podridão, coração negro e mancha de chocolate.	kg	3240	R\$ 7,61
08	BATATA DOCE ROSADA , fresca e firme; média; não apresentar defeito interno e externo que causem deformação grave, brocada, podridão, esverdeamento, brotada, murcho, passado; queimado e lesão com exposição da polpa.	Kg	760	R\$ 6,57
09	BETERRABA , fresca, compacta e firme, isenta de enfermidades materiais terrosos e umidade externa anormal, devendo ser bem desenvolvida. Não deverá apresentar: dano profundo, passada, podridão, murcha.	kg	680	R\$ 7,41
10	BRÓCOLIS NINJA CONGELADO , em floretes, acondicionado em embalagem íntegra, atóxica, resistente e lacrada, com peso líquido de 1 kg, adequada para armazenamento sob congelamento, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do produto, peso, lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de conservação e identificação do fabricante. O produto deverá ser entregue sob temperatura de congelamento, respeitando a cadeia do frio, em conformidade com as normas higiênico-sanitárias aplicáveis.	kg	2000	R\$ 20,27



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

11	CENOURA , fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes, podridão mole e seca, deformação, rachada, murcha, com praga, com radícula, manchas e corte inadequado do caule, coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida.	kg	2080	R\$ 7,81
12	CHEIRO VERDE ; salsa e cebolinha em maços "tipo de feira" com peso mínimo de 150 g - hortaliça classificada como verdura cor verde fresco aspecto e sabor próprio isento de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.	Mç	4160	R\$ 4,25
13	CHUCHU ; fresco; verde claro; médio; com peso menor 250 g; não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo, dano profundo, podridão, passado, murcho, defeito grave de formato, mancha difusa e profunda e pintado (antracnose);	kg	1020	R\$ 4,76
14	COUVE HIGIENIZADA E PICADA , selecionada, isenta de talos grossos, folhas amareladas, sujidades, matérias estranhas, insetos ou sinais de deterioração. Acondicionada em embalagem primária íntegra, atóxica, resistente e lacrada, com peso líquido de 1 kg, própria para contato com alimentos, contendo rotulagem obrigatória conforme legislação sanitária vigente, com identificação do produto, peso, lote, data de processamento, prazo de validade e orientações de conservação sob refrigeração. O produto deverá ser entregue sob temperatura de refrigeração, mantendo a cadeia do frio, atendendo às normas higiênico-sanitárias aplicáveis.	kg	700	R\$ 34,46
15	COUVE-FLOR; FRESCA , maior que 1.000 gramas cada, coloração branca uniformes; devendo ser bem desenvolvida; sem talos e folhas, firme; intacta; isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; podridão.	Un	500	R\$ 13,80
16	GOIABA VERMELHA , Cor e formato uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com grau de maturação para suportar no mínimo 03 dias, polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, imaturo, dano profundo, podridão, alterações fisiológicas, amassado, manchas e lesão cicatrizada.	kg	2800	R\$ 9,91
17	LIMÃO TIPO TAHITI , médio, não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo defeitos mecânicos, defeitos de formato, baixa suculência, lesão profunda, imaturo, passado e podridão, qualquer defeito na casca, murcho.	kg	1120	R\$ 4,09
18	MANDIOCA CONGELADA , sadia, descascada, crua, em pedaços, isenta de casca, partes lenhosas, fibras excessivas, sujidades, terra, materiais estranhos, insetos, brotações ou sinais de deterioração. Acondicionada em embalagem primária íntegra, atóxica, resistente e lacrada, com peso líquido de 1 kg, própria para contato com alimentos, contendo rotulagem conforme legislação sanitária vigente, com identificação do produto, peso, lote, data de processamento, prazo de validade e orientações de conservação. O produto deverá ser entregue sob temperatura de congelamento, respeitando a cadeia do frio, em conformidade com as normas higiênico-sanitárias aplicáveis.	kg	1600	R\$ 9,81
19	PEPINO JAPONES , casca com coloração verde escura, textura da polpa crocante, não apresentar os defeitos podridão, fermento, deformação grave, passado, virose, murcho.	kg	1500	R\$ 9,64
20	REPOLHO; VERDE-LISO ; devendo ser bem desenvolvido; firme e intacto; sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes (lesões), podridão, murcho, passado, danos nas folhas internas.	kg	1020	R\$ 6,03



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

21	SUCO DE MAÇÃ INTEGRAL , sem adição de açúcar, aromas, corantes artificiais e conservadores, isento de fragmentos de partes não comestíveis da fruta, de substâncias estranhas à sua composição normal e de outras substâncias que indiquem sua manipulação defeituosa. Embalagem Tetra Pak, cartonada, asséptica, com rótulo impresso contendo 200 ml, com canudo embalado em plástico atóxico. Prazo de validade mínima de 06 meses.	Un	30500	R\$ 4,56
22	SUCO DE UVA INTEGRAL (TINTO) , sem adição de açúcar, aromas, corantes artificiais e conservadores, isento de fragmentos de partes não comestíveis da fruta, de substâncias estranhas à sua composição normal e de outras substâncias que indiquem sua manipulação defeituosa. Embalagem Tetra Pak, cartonada, asséptica, com rótulo impresso contendo 200 ML, com canudo embalado em plástico atóxico. Prazo de validade mínima de 06 meses.	Un	16000	R\$ 4,86
23	TANGERINA PONCAN ; - para consumo fresca; tamanho médio; não apresentar os defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo como: baixa suculência, lesão profunda, imaturo, passado e podridão, qualquer defeito na casca, murcho, lesão mecânica ou física.	kg	3200	R\$ 11,93
24	TOMATE PARA SALADA , com polpa firme e intacta, isento de enfermidades, material, terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, podridão total ou parcial, passado, amassado, queimado do sol ou frio, virose, ocado, imaturo, rachaduras, deformado e cortes.	kg	5800	R\$ 10,84

3. DA PARTICIPAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

3.1. Podem participar agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e suas organizações que se enquadrem na Lei nº 11.326/2006.

3.2. Para habilitação, os interessados devem apresentar os seguintes documentos (conforme o caso):

- Prova de inscrição no CPF ou CNPJ.
- Extrato da **DAP** ou **CAF** (Pessoa Física ou Jurídica), emitido nos últimos 60 dias.
- Projeto de Venda de Alimentos assinado.
- Declaração de produção própria.
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, regularidade social e à dívida ativa da União), Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS) e Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do Participantes), na forma da lei, aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa.
- Prova de regularidade para com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa ou certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da respectiva certidão negativa (CNDT), dentro de sua validade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.440/11, aceitando-se também certidão positiva com efeito de negativa.
- Comprovação dos requisitos higiênico-sanitários (conforme o caso).

3.3. Na aquisição de povos e comunidades tradicionais (PCT), na ausência do extrato CAF/DAP, admite-se a cópia do NIS no CadÚnico com identificação da categoria.

3.4. Nesta Chamada não será permitida a participação de:

3.4.1. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame.

3.4.2. Para verificação de eventuais impedimentos, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 7.807 de 04 de dezembro de 2025, serão consultados os seguintes cadastros:

- Registro de Sanções Administrativas da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.
- Cadastro de Participantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).
- CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU).
- CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU).
- Restrição de Contratar com a Administração Pública do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.
- Certidão de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP.
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- Empresas em consórcio.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

3.5. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas (Ato constitutivo ou estatuto em vigor, acompanhada de prova da diretoria em exercício (documentos de eleição ou designação dos atuais administradores), conforme cada caso.

4. DO PRAZO DE VALIDADE DOS ALIMENTOS

4.1. Os gêneros alimentícios que possuem obrigatoriedade de prazo de validade deverão ter, no ato da entrega, prazo restante igual ou superior à **metade do período** entre sua data de fabricação e sua data final de validade (conforme Lei nº 15.226/2025).

4.2. Estão dispensados dessa obrigatoriedade os alimentos adquiridos in natura da agricultura familiar.

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO

5.1. Na classificação dos projetos de venda, será observada a seguinte ordem de prioridade de localidade: 1º. Fornecedores locais; 2º. Região geográfica imediata; 3º. Região geográfica intermediária; 4º. Estado; 5º. País.

5.2. Como critérios de desempate, serão priorizados sucessivamente: I - Assentamentos de reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas e grupos formais/informais de **mulheres ou jovens agricultores familiares** (não havendo hierarquia entre estes). II - Alimentos orgânicos ou agroecológicos. III - Grupos formais sobre informais, e estes sobre individuais.

6. DO VALOR DE COMERCIALIZAÇÃO

6.1. O limite individual de comercialização do agricultor familiar não poderá exceder **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** por ano civil, por Entidade Executora, por CAF/DAP.

6.2. Nas aquisições de Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), no mínimo **50% (cinquenta por cento)** do valor adquirido deverá ser em nome da **mulher**, comprovado por nota fiscal.

7. DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. O pagamento será realizado por depósito bancário na conta do contratado, mediante apresentação de documento fiscal identificado com o nome do FNDE e do PNAE.

7.2. A execução do contrato será acompanhada pelo **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)** e pelo nutricionista Responsável Técnico (RT).

7.3. A Prefeitura de Tremembé deverá realizar a prestação de contas de forma concomitante à execução por meio da **Solução BB Gestão Ágil**.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

8.1. Para finalidade da efetiva participação no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

8.2. Os Participantes obrigam-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

8.3. O MUNICÍPIO e as Participantes, quando do tratamento de dados pessoais, farão o tratamento dos dados de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos art. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

8.4. As Participantes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

8.5. É vedado aos PARTICIPANTES a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste.

8.6. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

8.7. As Participantes ficam obrigadas a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

8.8. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitos as sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

8.9. As Participantes serão integralmente responsáveis pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelas Participantes de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

8.10. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

8.11. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

8.12. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) PARTICIPANTES(S) selecionada(s) deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

8.13. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) PARTICIPANTES(S) selecionada(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O período para entrega da documentação será das 12:00h de **18 de MAIO de 2026** até às 23:59h de **17 de JUNHO de 2026**, EXCLUSIVAMENTE pelo e-mail licitacoes@tremembe.sp.gov.br, encaminhada à Comissão de Licitação encarregada pelo certame.

9.2. O edital está disponível nos sites <https://www.tremembe.sp.gov.br/licitacao> OU <https://pncp.gov.br/>.

9.3. A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na desclassificação da participante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.4. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

9.5. Os atos pertinentes a este procedimento, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, disponível no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016, no Sítio Oficial do Município da Estância Turística de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br>, link <licitacoes>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), em obediência ao caput do art. 7º, art. 64, e art.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

135, tudo do Decreto Municipal nº 7.807 de 04 de dezembro de 2025¹, que dispôs sobre as normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública do Município da Estância Turística de Tremembé, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolidou a regulamentação da matéria em âmbito municipal.

9.6. Os casos omissos serão regulados pela legislação citada no preâmbulo deste Edital, sendo apreciados e decididos pelo Agente de Contratação designado, submetendo-os, conforme o caso, à apreciação da Autoridade Competente.

9.7. Para que o interessado proceda com "vistas" ao processo, deverá apresentar requerimento por escrito, assinado por quem de direito, além de documento de identificação pessoal, sendo que nesse ato será lavrado "termo de vistas ao processo", o qual será devidamente datado e assinado pelo interessado e pelo funcionário que o acompanhou. Vistas aos autos ocorrerão sem retirada dos mesmos das dependências da Prefeitura, em horários entre 08h00 e 12h00 e entre 13h00 e 17h00 nos dias de expediente normal da Prefeitura Municipal.

9.8. O Agente de Contratação e sua equipe de apoio, se entenderem conveniente ou necessário, poderão utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, a qualquer momento, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

9.9. As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

9.10. Quaisquer eventos marcados para este certame licitatório ou atos em consequência dele, obedecerá o horário oficial de Brasília.

9.11. Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura.

9.12. O Agente de Contratação, conforme o caso, poderá relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas Participantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

9.13. Será eleito o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer procedimento relacionado com o processamento desse certame licitatório, assim como ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

¹ Disponível em <https://tremembe.sp.gov.br/licitacoes/regulamentos>



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- Anexo I - Termo de Referência.
- Anexo II - Declaração do Agricultor Familiar – produção própria para grupos informais ou fornecedores individuais
- Anexo III – Declaração do agricultor familiar produção própria para grupos informais ou fornecedores individuais
- Anexo IV - Declaração do agricultor familiar – produção própria grupos formais
- Anexo V - Declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos cooperados/associados (grupos formais)
- Anexo VI - Modelo proposto para os grupos formais projeto de venda de gêneros hortifruti da agricultura familiar para a alimentação escolar/ PNAE
- Anexo VII - Modelo proposto para os grupos informais projeto de venda de gêneros hortifruti da agricultura familiar para a alimentação escolar / PNAE
- ANEXO VIII - Tabela Região Geográfica IBGE.
- Anexo XIX - Minuta do Contrato e Termo de Ciência e Notificação.

Estância Turística de Tremembé, 14 de maio de 2026.

Clemente Antonio de Lima Neto

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente Chamada Pública a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, visando ao fornecimento regular de alimentos para a alimentação escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino, durante o segundo semestre do ano letivo de 2026 e primeiro semestre do ano letivo de 2027, pelo período de 12 (doze) meses, conforme cardápio elaborado pelo nutricionista responsável técnico. A contratação compreenderá alimentos in natura, minimamente processados e processados, observados os padrões de identidade, qualidade, segurança alimentar e requisitos higiênico-sanitários estabelecidos na legislação vigente.

Considerando que os gêneros alimentícios objeto deste Termo de Referência, podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, classificamos os referidos itens como 'bens comuns', conforme as disposições legais aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a execução contínua, regular e adequada do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, especialmente aquelas previstas na Resolução CD/FNDE nº 4/2026.

A aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar constitui instrumento estratégico de política pública, indispensável para o cumprimento da aplicação mínima de 45% obrigatória dos recursos financeiros do



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

PNAE, bem como para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos escolares, garantindo o acesso a alimentos variados, saudáveis e compatíveis com as necessidades nutricionais definidas no cardápio escolar.

Adicionalmente, a contratação por meio de Chamada Pública atende aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e desenvolvimento sustentável, ao priorizar fornecedores locais e regionais, reduzir custos logísticos, estimular circuitos curtos de comercialização e fomentar a economia rural, em consonância com os objetivos do PNAE e com a política de fortalecimento da agricultura familiar.

Destaca-se, ainda, que a aquisição planejada possibilita maior previsibilidade no abastecimento das unidades escolares, mitigando riscos de descontinuidade no fornecimento, assegurando a qualidade dos alimentos ofertados e garantindo o atendimento pleno ao calendário letivo, conforme planejamento nutricional e operacional do município.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O objetivo da presente contratação é adquirir gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, de forma direta e simplificada, por meio de Chamada Pública, para atendimento da alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, durante o período letivo correspondente ao segundo semestre do ano letivo de 2026 e primeiro semestre do ano letivo de 2027.

Busca-se, por meio desta contratação:

- garantir o fornecimento regular e adequado de alimentos, em conformidade com o cardápio elaborado pelo nutricionista responsável técnico;
- atender às diretrizes nutricionais, sanitárias e operacionais estabelecidas pela Resolução CD/FNDE nº 4/2026;
- promover hábitos alimentares saudáveis e adequados à faixa etária atendida;
- incentivar a produção local e regional, fortalecendo a agricultura familiar como eixo de desenvolvimento econômico e social;
- assegurar a correta aplicação dos recursos públicos destinados ao PNAE, com transparência, eficiência e segurança jurídica.

A contratação está alinhada ao planejamento anual da alimentação escolar, aos instrumentos de gestão do PNAE e às diretrizes de sustentabilidade, configurando-se como ação essencial para a efetividade da política pública de alimentação escolar no âmbito municipal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição direta de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, por meio de Chamada Pública, como mecanismo específico previsto no âmbito do Programa



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento às diretrizes estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A contratação será operacionalizada mediante a seleção de projetos de venda apresentados por fornecedores individuais, grupos informais ou grupos formais da agricultura familiar, devidamente habilitados, priorizando-se fornecedores locais e regionais, conforme critérios estabelecidos na Resolução CD/FNDE nº 4/2026, assegurando o atendimento integral às demandas nutricionais da rede municipal de ensino.

A solução contempla:

- definição prévia dos gêneros alimentícios, quantitativos estimados e especificações técnicas, com base no cardápio elaborado pelo nutricionista responsável técnico;
- estabelecimento de cronograma de entregas parceladas, compatível com o calendário letivo e a capacidade logística dos fornecedores;
- adoção de critérios objetivos de seleção e classificação dos projetos de venda, garantindo transparência, isonomia e segurança jurídica;
- acompanhamento e fiscalização do fornecimento, assegurando a conformidade dos produtos com os padrões de qualidade, segurança alimentar e requisitos higiênico-sanitários.

Por meio dessa solução, a Entidade Executora garante o abastecimento regular das unidades escolares, a adequada aplicação dos recursos do PNAE, o fortalecimento da agricultura familiar e a efetividade da política pública de alimentação escolar, mitigando riscos de descontinuidade no fornecimento e assegurando o cumprimento das obrigações legais e nutricionais estabelecidas pelo FNDE.

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender, de forma cumulativa, aos seguintes requisitos técnicos, legais, operacionais e sanitários, indispensáveis à execução do objeto no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme diretrizes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE:

5.1. Requisitos Legais e Institucionais

- a contratação deverá ser realizada exclusivamente por meio de Chamada Pública, conforme previsto na Resolução CD/FNDE nº 4/2026;
- os recursos financeiros utilizados deverão ser oriundos do PNAE, observando-se a aplicação mínima de 45% obrigatória na aquisição de gêneros da agricultura familiar;
- a contratação deverá estar devidamente alinhada ao planejamento anual da alimentação escolar e ao cardápio elaborado pelo nutricionista responsável técnico.

5.2. Requisitos de Habilitação dos Fornecedores



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- poderão participar fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais da agricultura familiar, desde que devidamente enquadrados e habilitados;
- será obrigatória a apresentação do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar de pessoa física ou jurídica válidos, conforme a forma de organização do proponente;
- os projetos de venda deverão ser compatíveis com os quantitativos, cronograma e especificações técnicas definidas pela Entidade Executora;
- os fornecedores deverão comprovar capacidade produtiva e regularidade documental, conforme exigências da Resolução CD/FNDE nº 4/2026.

5.3. Requisitos Técnicos dos Produtos

- os gêneros alimentícios deverão atender aos padrões de identidade e qualidade definidos na legislação vigente;
- os produtos deverão estar em conformidade com o cardápio da alimentação escolar e com as necessidades nutricionais dos alunos;
- será exigido o atendimento às normas higiênico-sanitárias aplicáveis à produção, processamento, transporte e armazenamento dos alimentos.

5.4. Requisitos Operacionais e Logísticos

- as entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme cronograma previamente estabelecido;
- os fornecedores deverão dispor de meios adequados de transporte, assegurando a integridade, qualidade e segurança dos alimentos;
- as entregas ocorrerão de forma centralizada;
- será obrigatória a emissão de documento fiscal correspondente a cada entrega.

5.5. Requisitos de Controle, Acompanhamento e Fiscalização

- a execução da contratação será acompanhada e fiscalizada pela Entidade Executora;
- o fornecedor deverá permitir e facilitar ações de acompanhamento, inspeção e controle;
- o descumprimento dos requisitos poderá ensejar aplicação de sanções previstas no instrumento convocatório e demais normas aplicáveis.

6. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	OBJETO	UNID.	QUANT.	Valor unitário
01	ABOBORA, TIPO "CANHÃO" - madura, seca, coloração uniforme e vermelha por dentro, coloração uniforme e característica por fora. Isenta de enfermidades materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, sem lesão, podridão, queimada do sol, passado e imaturo.	kg	630	R\$ 5,94



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

02	ABOBRINHA BRASILEIRA – isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; lesão, podridão, queimado do sol e passado.	kg	680	R\$ 11,88
03	ACELGA , coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida e com suas folhas bem fechadas; firme e intacta; isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; lesão, podridão, queimado do sol, passado – peso mínimo por unidade: 1,5 quilos.	Un	1700	R\$ 6,97
04	ALFACE CRESPA , (entre 250 a 400 g cada), em cabeça, fresca, sem lesões nas folhas internas de origem física ou mecânica, podridão, queimado do sol, passado.	Un	1380	R\$ 5,09
05	BANANA NANICA , em pencas, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; sem podridão, amassado, dano profundo, maturação precoce, queimado do sol, traça, empedramento, injúria grave por frio.	kg	22200	R\$ 7,17
06	BANANADA , doce de banana elaborado exclusivamente com banana, sem adição de açúcar, sem adição de adoçantes e sem glúten. Ingrediente: banana. Embalada individualmente em plásticos atóxicos, resistentes, com 30g. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.	Un	27500	R\$ 4,32
07	BATATA INGLESA ESCOVADA , firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras, cortes, esverdeamento, brotação, embonecamento, podridão, coração negro e mancha de chocolate.	kg	3240	R\$ 7,61
08	BATATA DOCE ROSADA , fresca e firme; média; não apresentar defeito interno e externo que causem deformação grave, brocada, podridão, esverdeamento, brotada, murcho, passado; queimado e lesão com exposição da polpa.	Kg	760	R\$ 6,57
09	BETERRABA , fresca, compacta e firme, isenta de enfermidades materiais terrosos e umidade externa anormal, devendo ser bem desenvolvida. Não deverá apresentar: dano profundo, passada, podridão, murcha.	kg	680	R\$ 7,41
10	BRÓCOLIS NINJA CONGELADO , em floretes, acondicionado em embalagem íntegra, atóxica, resistente e lacrada, com peso líquido de 1 kg, adequada para armazenamento sob congelamento, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do produto, peso, lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de conservação e identificação do fabricante. O produto deverá ser entregue sob temperatura de congelamento, respeitando a cadeia do frio, em conformidade com as normas higiênico-sanitárias aplicáveis.	kg	2000	R\$ 20,27
11	CENOURA , fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes, podridão mole e seca, deformação, rachada, murcha, com praga, com radícula, manchas e corte inadequado do caule, coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida.	kg	2080	R\$ 7,81
12	CHEIRO VERDE ; salsa e cebolinha em maços "tipo de feira" com peso mínimo de 150 g - hortaliça classificada como verdura cor verde fresco aspecto e sabor próprio isento de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.	Mç	4160	R\$ 4,25
13	CHUCHU ; fresco; verde claro; médio; com peso menor 250 g; não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo, dano profundo, podridão, passado, murcho, defeito grave de formato, mancha difusa e profunda e pintado (antracnose);	kg	1020	R\$ 4,76



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

14	COUVE HIGIENIZADA E PICADA , selecionada, isenta de talos grossos, folhas amareladas, sujidades, matérias estranhas, insetos ou sinais de deterioração. Acondicionada em embalagem primária íntegra, atóxica, resistente e lacrada, com peso líquido de 1 kg, própria para contato com alimentos, contendo rotulagem obrigatória conforme legislação sanitária vigente, com identificação do produto, peso, lote, data de processamento, prazo de validade e orientações de conservação sob refrigeração. O produto deverá ser entregue sob temperatura de refrigeração, mantendo a cadeia do frio, atendendo às normas higiênico-sanitárias aplicáveis.	kg	700	R\$ 34,46
15	COUVE-FLOR; FRESCA , maior que 1.000 gramas cada, coloração branca uniformes; devendo ser bem desenvolvida; sem talos e folhas, firme; intacta; isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; podridão.	Un	500	R\$ 13,80
16	GOIABA VERMELHA , Cor e formato uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com grau de maturação para suportar no mínimo 03 dias, polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, imaturo, dano profundo, podridão, alterações fisiológicas, amassado, manchas e lesão cicatrizada.	kg	2800	R\$ 9,91
17	LIMÃO TIPO TAHITI , médio, não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo defeitos mecânicos, defeitos de formato, baixa suculência, lesão profunda, imaturo, passado e podridão, qualquer defeito na casca, murcho.	kg	1120	R\$ 4,09
18	MANDIOCA CONGELADA , sadia, descascada, crua, em pedaços, isenta de casca, partes lenhosas, fibras excessivas, sujidades, terra, materiais estranhos, insetos, brotações ou sinais de deterioração. Acondicionada em embalagem primária íntegra, atóxica, resistente e lacrada, com peso líquido de 1 kg, própria para contato com alimentos, contendo rotulagem conforme legislação sanitária vigente, com identificação do produto, peso, lote, data de processamento, prazo de validade e orientações de conservação. O produto deverá ser entregue sob temperatura de congelamento, respeitando a cadeia do frio, em conformidade com as normas higiênico-sanitárias aplicáveis.	kg	1600	R\$ 9,81
19	PEPINO JAPONES , casca com coloração verde escura, textura da polpa crocante, não apresentar os defeitos podridão, fermento, deformação grave, passado, virose, murcho.	kg	1500	R\$ 9,64
20	REPOLHO; VERDE-LISO ; devendo ser bem desenvolvido; firme e intacto; sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes (lesões), podridão, murcho, passado, danos nas folhas internas.	kg	1020	R\$ 6,03
21	SUCO DE MAÇÃ INTEGRAL , sem adição de açúcar, aromas, corantes artificiais e conservadores, isento de fragmentos de partes não comestíveis da fruta, de substâncias estranhas à sua composição normal e de outras substâncias que indiquem sua manipulação defeituosa. Embalagem Tetra Pak, cartonada, asséptica, com rótulo impresso contendo 200 ml, com canudo embalado em plástico atóxico. Prazo de validade mínima de 06 meses.	Un	30500	R\$ 4,56
22	SUCO DE UVA INTEGRAL (TINTO) , sem adição de açúcar, aromas, corantes artificiais e conservadores, isento de fragmentos de partes não comestíveis da fruta, de substâncias estranhas à sua composição normal e de outras substâncias que indiquem sua manipulação defeituosa. Embalagem Tetra Pak, cartonada, asséptica, com rótulo impresso contendo	Un	16000	R\$ 4,86





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

	200 ML, com canudo embalado em plástico atóxico. Prazo de validade mínima de 06 meses.			
23	TANGERINA PONCAN; - para consumo fresca; tamanho médio; não apresentar os defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo como: baixa suculência, lesão profunda, imaturo, passado e podridão, qualquer defeito na casca, murcho, lesão mecânica ou física.	kg	3200	R\$ 11,93
24	TOMATE PARA SALADA, com polpa firme e intacta, isento de enfermidades, material, terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, podridão total ou parcial, passado, amassado, queimado do sol ou frio, virose, ocado, imaturo, rachaduras, deformado e cortes.	kg	5800	R\$ 10,84

7. DA SOLICITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1. Finalidade

A solicitação de amostras tem por finalidade verificar a conformidade qualitativa dos gêneros alimentícios ofertados com as especificações técnicas, padrões de identidade e qualidade, condições higiênico-sanitárias e exigências da legislação vigente.

7.2. Momento da Solicitação

As amostras serão solicitadas exclusivamente as cooperativas e/ou produtores rurais individuais classificados após a análise do Projeto de venda e documentação pertinente.

7.3. Itens que são necessário apresentação de amostras:

Gêneros minimamente processados, sendo os itens 10 (brócolis congelados), 14 (couve picada e higienizada refrigerada) e 18 (mandioca descascada congelada);

Gêneros processados, sendo os itens 06 (bananada sem açúcar de 30g), 21 (suco de maçã integral 200ml) e 22 (suco de uva integral 200ml).

7.4. Quantidade e Forma de Apresentação

Deverão ser apresentadas 02 amostras dos itens 06,10,18, 21 e 22, e 01 amostra do item 14, sendo suficiente para avaliação, observando: Integridade do produto, embalagem original e identificação do item, nome do proponente e data de entrega.

7.5. Prazo e Local de Entrega

O prazo para apresentação das amostras será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da notificação formal, devendo ser entregues no Setor de Merenda Escolar, sito na Avenida Audrá, 506, Centro, Tremembé, das 07h00 às 16h00.

7.6. Condições de Transporte e Armazenamento

As amostras deverão ser transportadas e entregues:

- Sob temperatura adequada ao tipo de alimento (ambiente, refrigerado ou congelado);
- Mantendo-se a cadeia do frio;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- Em conformidade com as normas higiênico-sanitárias e de boas práticas.

7.7. Critérios de Avaliação

A avaliação das amostras será realizada por comissão, nomeada através da Portaria nº 8.259/2024, considerando, entre outros:

- Conformidade com a descrição do edital;
- Aspectos sensoriais (aparência, cor, odor, textura);
- Integridade da embalagem e rotulagem;
- Condições sanitárias e de conservação.

7.8. Resultado da Avaliação

O resultado será emitido via memorando, podendo a amostra ser reprovada, mediante justificativa técnica fundamentada ou aprovada.

7.9. Destino das Amostras

- Não gerarão qualquer ônus à Administração;
- Serão utilizadas para análise técnica;
- Não serão devolvidas, pois a segunda amostra dos itens 06, 10, 18, 21 e 22 ficarão armazenadas para comparação com os produtos no momento da entrega. Referente a amostra única do item 14, a mesma será utilizada para análise.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

8.1. Os itens in natura e minimamente processados, serão entregues 01 (uma) vez na semana, as segundas-feiras, até as 11:00h, impreterivelmente, mediante encomenda por escrito do Setor de Merenda Escolar, conforme tabela 1;

8.2. Os itens processados serão entregues em até 03 vezes durante a vigência da Chamada Pública, em datas pré-definidas pelo Setor de Merenda Escolar, mediante encomenda por escrito, e entregues das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h conforme tabela 2;

8.3. Os agricultores familiares/cooperativas deverão se comprometer em avisar o Setor de Merenda Escolar, em caso de imprevistos que impeçam as entregas no dia agendado;

8.4. Na tabela 1 encontra-se a previsão de consumo, porém as entregas só deverão ocorrer após encomenda por escrito do Setor de Merenda Escolar, via e-mail;

8.5. As entregas deverão ser efetuadas diretamente no Setor de Merenda Escolar da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, pela Cooperativa/Agricultor familiar, com seu veículo (s) e funcionário (s) próprio (s);



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

8.6. As quantidades a serem entregues são baseadas em per capita tradicionais, mas poderão ser ajustadas para mais ou para menos de acordo com necessidade da escola, aumento na frequência do consumo, novas matrículas ou evasão escolar;

8.7. Todas as semanas do calendário letivo (exceto as semanas com feriados) haverá encomenda de acordo com o cardápio a ser praticado, respeitando a safra, entressafra e qualquer outra intempérie climática ou ocasional;

8.8. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no projeto de venda, devendo ser substituídos no mesmo dia ou dia subsequente, se houver tempo hábil para seu consumo, conforme o cardápio, mediante autorização da equipe técnica do setor de merenda escolar, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.9. Os itens serão recebidos, após a verificação da qualidade e quantidade pela equipe técnica do Setor de Merenda Escolar.

9. EXECUÇÃO

9.1. Prazo contratual: O contrato terá vigência máxima de 12 (doze) meses, sem possibilidade de prorrogação sucessiva além desse período, conforme a legislação vigente;

9.2. Responsabilidades dos fornecedores: Os agricultores familiares e/ou cooperativas serão responsáveis por toda a logística de entrega, incluindo o correto acondicionamento e transporte dos produtos até o local designado.

10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Obrigações da Contratada:

10.1.1 A Contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no projeto de venda, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da correta execução do objeto. Além disso, deverá:

10.1.1.1 Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, atendendo às especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, dentro dos prazos estipulados e no local determinado, sempre acompanhados da respectiva nota fiscal.

10.2. Obrigações da Contratante:

10.2.1 Receber os produtos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.2.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

10.2.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

10.3. Responsabilidade da Contratada:

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.4. Fiscalização e Acompanhamento:

10.4.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) fiscal, representante da Administração;

10.4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

10.4.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Chamada Pública, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Nota Fiscal, desde que regular e devidamente atestado a entrega referente ao conteúdo da Nota;

11.2. Os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados da Nota Fiscal, bem como da comprovação da regularidade fiscal, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

11.3. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção dos fornecedores na Chamada Pública seguirá as determinações da Resolução CD/FNDE nº 04/2026, artigo 36, que trata da seleção dos projetos de venda por alimento.

A documentação exigida para habilitação dos projetos de venda estará detalhada no edital da Chamada Pública.

13. ESTIMATIVA DE PREÇO

Na Chamada Pública, para atender o artigo 31 da Resolução CD/FNDE nº 04/2026, o preço de cada produto a ser adquirido deve estar definido e explícito no edital de chamada pública, posto que o preço não é elemento de



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

concorrência ou critério de classificação, como pode ocorrer em outras modalidades de compra. Os preços explícitos no edital de Chamada Pública serão os preços pagos aos agricultores familiares ou suas organizações pela venda do gênero alimentício.

14. PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços que subsidia o valor estimado da presente Chamada Pública foi realizada como etapa obrigatória do planejamento da contratação, em conformidade com a Resolução CD/FNDE nº 04/2026. Para tanto, foram coletadas cotações junto ao comércio local nos dias 01 e 06 de abril de 2026, adotando-se como referência o preço médio apurado. O valor total da chamada pública será de R\$ 839.959,68 (oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos), sendo que os valores previstos para o exercício de 2026 serão de R\$ 368.693,01 (trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e um centavo) e, R\$ R\$ 471.266,67 (quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para o exercício de 2027.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada (FICHA - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA)

232 08.06.12.306.0024.2.024.339030.05.2330001

233 08.06.12.306.0024.2.024.339030.05.2400001

234 08.06.12.306.0024.2.024.339030.05.2430001

235 08.06.12.306.0024.2.024.339030.05.2830001

236 08.06.12.306.0024.2.024.339030.05.2840001

237 08.06.12.306.0024.2.024.339030.05.2850001

16. GESTOR E FISCAL

GESTOR: Hugo Luiz Fernandes – Secretário Municipal de Educação

FISCAL: Joana de Souza Andrade - Nutricionista

**Tabela 1 - Estimativa das quantidades para cada entrega no ano letivo de 2026
deverá ser entregue a partir de fevereiro de 2027)**

(O restante

DATA PREVISTA DA ENTREGA	PREVISÃO DE QUANTIDADE (AS QUANTIDADES PODEM VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS DE ACORDO COM OS PEDIDOS DOS MERENDEIROS)
-------------------------------------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

20/07/2026 (SEMANA AZUL)	BATATA (RETORNO 1) – 150 KG GOIABA (RETORNO 1) – 200 KG CENOURA (SOPA 1) – 30 KG
27/07/2026 (SEMANA AMARELA)	CHEIRO-VERDE (1) – 260 MÇ LIMÃO (1) – 70 KG ACELGA (1) – 170 UN BANANA (1 X 1) – 700 KG TOMATE (1) – 290 KG PEPINO (1) – 150 KG CENOURA (2 X 1) – 190 KG ABÓBORA (1) - 35 KG
03/08/2026 (SEMANA VERDE)	NÃO TERÁ ENTREGA DEVIDO AO FERIADO
10/08/2026 (SEMANA ROSA)	CHEIRO-VERDE (2) – 260 MÇ LIMÃO (2) – 70 KG BANANA (1 X 2) – 700 KG BRÓCOLIS CONGELADO (1) – 250 KG BETERRABA (1) – 170 KG REPOLHO (1) – 170 KG ABÓBORA (2) - 35 KG
17/08/2026 (SEMANA AZUL)	BATATA (SAUTÉ 1) – 300 KG GOIABA (1) – 600 KG BANANA (2 X 1) – 1.100 KG TOMATE (2) – 290 KG MANDIOCA CONGELADA (1) – 200 KG ALFACE (1) – 230 UN BATATA-DOCE (1) – 190 KG
24/08/2026 (SEMANA AMARELA)	CHEIRO-VERDE (3) – 260 MÇ LIMÃO (3) – 70 KG ACELGA (2) – 170 UN BANANA (1 X 3) – 700 KG TOMATE (3) – 290 KG PEPINO (2) – 150 KG CENOURA (2 X 2) – 190 KG ABÓBORA (3) - 35 KG
31/08/2026 (SEMANA VERDE)	BATATA (CARNE 1) – 190 KG BANANA (2 X 2) – 1.100 KG TOMATE (4) – 290 KG BRÓCOLIS CONGELADO (2) – 250 KG (CONSUMO NA SEMANA POSTERIOR) ABOBRINHA ITALIANA (1) – 170 KG COUVE PICADA (1) – 175 KG
07/09/2026 (SEMANA ROSA)	NÃO TERÁ ENTREGA DEVIDO AO FERIADO
14/09/2026 (SEMANA AZUL)	BATATA (SAUTÉ 2) – 300 KG GOIABA (2) – 600 KG BANANA (2 X 3) – 1.100 KG TOMATE (5) – 290 KG





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

	MANDIOCA CONGELADA (2) – 200 KG ALFACE (2) – 230 UN ABÓBORA (4) - 35 KG
21/09/2026 (SEMANA AMARELA)	CHEIRO-VERDE (4) – 260 MÇ LIMÃO (4) – 70 KG ACELGA (3) – 170 UN BANANA (1 X 4) – 700 KG TOMATE (6) – 290 KG PEPINO (3) – 150 KG CENOURA (2 X 3) – 190 KG ABÓBORA (5) - 35 KG
28/09/2026 (SEMANA VERDE)	BATATA (CARNE 2) – 190 KG BANANA (2 X 4) – 1.100 KG TOMATE (7) – 290 KG CENOURA (1 X 1) – 140 KG ABOBRINHA ITALIANA (2) – 170 KG COUVE PICADA (2) – 175 KG
05/10/2026 (SEMANA ROSA)	CHEIRO-VERDE (5) – 260 MÇ LIMÃO (5) – 70 KG BRÓCOLIS CONGELADO (3) – 250 KG REPOLHO (2) – 170 KG MANDIOCA CONGELADA (3) – 200 KG (CONSUMO SEMANA POSTERIOR) ABÓBORA (6) - 35 KG
12/10/2026 (SEMANA AZUL)	NÃO TERÁ ENTREGA DEVIDO AO FERIADO
19/10/2026 (SEMANA AMARELA)	CHEIRO-VERDE (6) – 260 MÇ LIMÃO (6) – 70 KG ACELGA (4) – 170 UN BANANA (1 X 5) – 700 KG TOMATE (8) – 290 KG PEPINO (4) – 150 KG CENOURA (2 X 4) – 190 KG ABÓBORA (7) - 35 KG
26/10/2026 (SEMANA VERDE)	TEM FERIADO NA QUARTA-FEIRA BATATA (CARNE 3) – 190 KG BANANA (1 X 6) – 700 KG BRÓCOLIS CONGELADO (4) – 250 KG (CONSUMO NA SEMANA POSTERIOR) CHUCHU (1) – 170 KG
02/11/2026 (SEMANA ROSA)	NÃO TERÁ ENTREGA DEVIDO AO FERIADO
09/11/2026 (SEMANA AZUL)	BATATA (SAUTÉ 3) – 300 KG BANANA (2 X 5) – 1.100 KG TOMATE (9) – 290 KG CHUCHU (2) – 170 KG MANDIOCA CONGELADA (4) – 200 KG ALFACE (3) – 230 UN BATATA-DOCE (2) – 190 KG ABÓBORA (8) - 35 KG
16/11/2026	TEM FERIADO NA SEXTA-FEIRA





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

(SEMANA AMARELA)	CHEIRO-VERDE (7) – 260 MÇ LIMÃO (7) – 70 KG ACELGA (5) – 170 UN BANANA (1 X 7) – 700 KG TOMATE (10) – 290 KG PEPINO (5) – 150 KG CENOURA (1 X 2) – 140 KG
23/11/2026 (SEMANA VERDE)	NÃO TERÁ ENTREGA DEVIDO AO FERIADO
30/11/2026 (SEMANA ROSA)	CHEIRO-VERDE (8) – 260 MÇ LIMÃO (8) – 70 KG BANANA (1 X 8) – 700 KG COUVE-FLOR (1) – 250 UN BETERRABA (2) – 170 KG CHUCHU (3) – 170 KG REPOLHO (3) – 170 KG ABÓBORA (9) - 35 KG

Tabela 2 - Estimativa das quantidades para cada entrega da tangerina poncan (sazonal) e dos produtos processados

TANGERINA PONCAN	800 KG POR SEMANA DURANTE A SAFRA, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2027.
SUCO DE MAÇÃ	16.000 UNIDADES EM SETEMBRO/2026 14.500 UNIDADES EM MAIO/2027
SUCO DE UVA INTEGRAL	16.000 UNIDADES EM FEVEREIRO/2027
BANANADA	14.500 UNIDADES EM SETEMBRO/2026 6.500 UNIDADES EM FEVEREIRO/2027 6.500 UNIDADES EM MAIO/2027



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

**– PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS DECLARAÇÃO
DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº .../2026)

Eu, _____, CPF _____ nº e DAP e/ou CAF física nº, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros hortifrutí relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, ____ / ____ / ____

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DE REQUISITOS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DE REQUISITOS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS

Eu, _____, CPF nº _____ e DAP e/ou CAF física nº _____. Declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que os alimentos entregues estão de acordo com **os requisitos higiênico-sanitários**.

O Agricultor tem a higiene, limpeza e realiza higienização corretamente das mãos e do local onde trabalha. Não possui animais no local de separação. Não acondiciona os alimentos diretamente no chão. Limpa e higieniza as caixas e local onde coloca os alimentos.

Higienização: operação que compreende duas etapas, a limpeza e a desinfecção;

Limpeza: operação de remoção de sujidades, substâncias minerais e ou orgânicas indesejáveis à qualidade do alimento, tais como terra, poeira, resíduos alimentares, gorduras, entre outras;

Desinfecção: operação por método físico e ou químico, de redução parcial do número de microrganismos patogênicos ou não, situados fora do organismo humano e não necessariamente matando os esporos;

([Portaria CVS 1/2025](#) ou [Portaria CVS 5/2025](#))



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Local, ____ / ____ / ____

Assinatura



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº .../2026)

Eu, _____ representante da _____ Cooperativa/Associação
_____, com

CNPJ nº _____ e DAP e/ou CAF

Jurídica _____ nº _____

_____ declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros hortifrutí relacionados no projeto de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem DAP e/ou CAF física e compõem esta cooperativa/associação.

Local, ____/____/____

Assinatura _____



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL
DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS)**

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE
INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS
(GRUPOS FORMAIS)

O(A) (nome do Grupo Formal) , CNPJ nº _____,
DAP e/ou CAF jurídica nº _____ com sede _____, neste ato representado(a) por
(nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda) _____,
portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____,
CPF nº _____, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do
limite individual de venda de gêneros hortifruti dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural
que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP e/ou
CAF /ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº
11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar
– PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, _____ / ____ / ____

Assinatura _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

ANEXO VI**MODELO PARA PROJETO DE VENDA****(GRUPOS FORMAIS)**

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Projeto de venda de alimentos da agricultura familiar para o PNAE	
Chamada Pública nº, de / / 202....	
1. Dados do Grupo formal	
Nome do Grupo Formal:	
CNPJ:	E-mail:
Nº do CAF Pessoa Jurídica (PJ):	Telefone:
Endereço:	Telefone alternativo:
Nº de associados/cooperados:	
Nº de associados/cooperados com CAF PF no projeto de venda:	
2. Representante legal	
Nome do representante legal:	
CPF:	E-mail:
Telefone:	Telefone alternativo:
Endereço:	
3. Dados bancários (cooperativa, associação, EFR).	





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

4. Identificação dos(as) fornecedores(as) participantes do Grupo Formal

Nome do(a) Agricultor(a) Familiar	Número do CAF Pessoa Física ou NIS	Identificação da categoria de PCT	Identidade de gênero (mulher, homem etc.)
1			
2			
3			
(...) [Inserir quantas linhas forem necessárias]			

5. Relação dos alimentos por agricultor(a)*

1. Nome do(a) agricultor(a):

Alimento	Unidade De medida	Quantidade	Preço de aquisição**	
			Preço unitário	Preço Total
1			R\$	R\$
2			R\$	R\$
3			R\$	R\$
(...) [Inserir quantas linhas forem necessárias]				

Valor total da proposta do agricultor:

R\$

* Repetir essa tabela para todos os membros participantes do Grupo Formal

** Preço publicado na Chamada Pública nº /

6. Totalização dos alimentos e valor total do projeto de venda do Grupo Formal por alimento/item*

			Preço de aquisição*
--	--	--	---------------------





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Alimento		Unidade De medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3					
(...)	[Inserir quantas linhas forem necessárias]				
* Valor total do projeto de venda				R\$	

7. Cronograma de entrega dos alimentos*

Nome do agricultor(a)**	Alimento	Cronograma e periodicidade de entrega
[Inserir quantas linhas forem necessárias]		

* Repetir essa tabela para todos os membros do Grupo Formal

** De acordo com a Chamada Pública nº/20....

8. Dados da Entidade Executora

() Entidade Executora:

() Unidade Executora:

Endereço:

9. Declaração:

Declaro que:

- As informações prestadas neste Projeto de Venda são verdadeiras;
- Os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, conforme relacionados neste Projeto de Venda;
- Estou de acordo com todas as condições estabelecidas na Chamada Pública nº .../20...;
- Possuímos capacidade de fornecimento dos alimentos mencionados nesse projeto de venda;

Local/data:





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Nome e assinatura do representante do Grupo Formal:

10. Nome e Assinatura dos fornecedores(as) participantes do Grupo Formal*

Nome do agricultor(a)		Assinatura
1		
2		
3		
(...)	[Inserir quantas linhas forem necessárias]	

***No que se refere à exigência de assinatura de todos os participantes nos projetos de venda de grupos formais, bem como à discriminação dos produtos por agricultor, esclarece-se que tais medidas possuem caráter predominantemente declaratório, com a finalidade de aprimorar os mecanismos de controle e transparência. Ressalta-se que são admitidos ajustes internos na execução do fornecimento entre os cooperados, desde que sejam mantidas as condições pactuadas no contrato e assegurada a rastreabilidade dos produtos, não havendo impedimento à reorganização interna da cooperativa, conforme sua dinâmica operacional.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

ANEXO VII**MODELO PARA PROJETO DE VENDA****(GRUPOS INFORMAIS)**

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Projeto de venda de alimentos da agricultura familiar para o PNAE**Chamada Pública nº, de / / 202.....****1. Dados do(a) representante do Grupo Informal**

Nome do(a) representante do Grupo Informal:

CPF:

E-mail:

Telefone:

Nº de participantes do grupo informal:

Telefone alternativo:

Endereço:

Município/UF:

2. Dados bancários dos(as) fornecedores(as) participantes do Grupo Informal

	Nome do(a) Agricultor(a) Familiar	CPF	Banco	Agência	Conta Corrente ou Conta Poupança
1					
2					
3					





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

(...)	[Inserir quantas linhas forem necessárias]				
-------	--	--	--	--	--

3. Identificação dos(as) fornecedores(as) participantes do Grupo Informal

Nome do(a) Agricultor(a) Familiar	Número do CAF Pessoa Física ou NIS	Identificação da categoria de PCT	Identidade de gênero (mulher, homem etc.)
1			
2			
(...)	[Inserir quantas linhas forem necessárias]		

4. Relação dos alimentos por agricultor(a)*

Nome do(a) agricultor(a):

Alimentos	Quantidade	Preço de aquisição**	
		Preço unitário	Preço Total
1		R\$	R\$
2		R\$	R\$
3		R\$	R\$
(...)	[Inserir quantas linhas forem necessárias]		

Valor total da proposta do agricultor: R\$

* Repetir essa tabela para todos os membros do Grupo Informal.

** Preço publicado na Chamada Pública nº /.....

5. Totalização dos alimentos e valor total do projeto de venda do Grupo Informal por alimento/item*

Item	Alimento	Unidade de medida	Quantidade	Preço de aquisição**		Valor total de cada Alimento
				Preço unitário	Preço Total	
1				R\$	R\$	R\$
2				R\$	R\$	R\$





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

3				R\$	R\$	R\$
(...)	[Inserir quantas linhas forem necessárias]					
Valor total do projeto de venda**						R\$

* De todos os alimentos e de todos os agricultores participantes do Grupo Informal.

** Somatória dos valores de todos os(as) agricultores(as).

6. Cronograma de entrega dos alimentos*

Nome do agricultor(a)**	Alimento	Cronograma e periodicidade de entrega
[Inserir quantas linhas forem necessárias]		

* Repetir essa tabela para todos os membros do Grupo Informal

** De acordo com a Chamada Pública nº/20....

7. Dados da Entidade Executora

() Entidade Executora:

() Unidade Executora:

Endereço:

8. Declaração:

Declaro que:

- As informações prestadas neste Projeto de Venda são verdadeiras;
- Os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, conforme relacionados neste Projeto de Venda;
- Estou de acordo com todas as condições estabelecidas na Chamada Pública nº .../20...;
- Possuímos capacidade de fornecimento dos alimentos mencionados nesse projeto de venda;





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Local/Data:

Nome e Assinatura do Representante do Grupo Informal:

9. Nome e Assinatura dos fornecedores(as) participantes do Grupo Informal

Nome do agricultor(a)		Assinatura
1		
2		
(...)	<i>[Inserir quantas linhas forem necessárias]</i>	





ANEXO VIII

Tabela Região Geográfica IBGE

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

A classificação dos municípios para a Chamada Pública de Tremembé, seguindo a ordem de prioridade estabelecida no item 5.1 do Edital², é a seguinte:

1º. Fornecedores Locais

- Tremembé.

2º. Região Geográfica Imediata (Região de Taubaté - Pindamonhangaba)

- Além do município sede, esta região engloba: Taubaté, São Luís do Paraitinga, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Redenção da Serra, Pindamonhangaba, Natividade da Serra, Lagoinha e Campos do Jordão.

3º. Região Geográfica Intermediária (Região de São José dos Campos) Esta categoria inclui todos os municípios que compõem a Região Intermediária de São José dos Campos, mas que não pertencem à região imediata citada acima. Eles estão divididos pelas seguintes regiões imediatas:

- Região Imediata de São José dos Campos: São José dos Campos, Santa Branca, Paraibuna, Monteiro Lobato, Jambeiro, Jacareí, Igaratá e Caçapava.
- Região Imediata de Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião: Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba.

² Conforme estabelecido pelo IBGE 2017 e disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/regioes-ibge-pnae>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

- Região Imediata de Guaratinguetá: Roseira, Potim, Piquete, Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Canas e Aparecida.
- Região Imediata de Cruzeiro: Silveiras, São José do Barreiro, Queluz, Lavrinhas, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Bananal, Areias e Arapeí.

4º. Estado

- Qualquer outro município localizado dentro do Estado de São Paulo que não tenha sido listado nas categorias anteriores.

5º. País

- Qualquer outro município do Brasil.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Cód. IBGE	UF	Nome do Município	Nome da Região Intermediária	Nome do Município da Região Intermediária	Nome da Região Imediata	Nome do Município da Região Imediata
3549904	SP	São José dos Campos	São José dos Campos	São José dos Campos	São José dos Campos	São José dos Campos
3546009	SP	Santa Branca		Santa Branca		Santa Branca
3535606	SP	Paraibuna		Paraibuna		Paraibuna
3531704	SP	Monteiro Lobato		Monteiro Lobato		Monteiro Lobato
3524907	SP	Jambeiro		Jambeiro		Jambeiro
3524402	SP	Jacareí		Jacareí		Jacareí
3520202	SP	Igaratá		Igaratá		Igaratá
3508504	SP	Caçapava		Caçapava		Caçapava
3554805	SP	Tremembé		Tremembé	Taubaté - Pindamonhangaba	Tremembé
3554102	SP	Taubaté		Taubaté		Taubaté
3550001	SP	São Luís do Paraitinga		São Luís do Paraitinga		São Luís do Paraitinga
3548609	SP	São Bento do Sapucaí		São Bento do Sapucaí		São Bento do Sapucaí
3548203	SP	Santo Antônio do Pinhal		Santo Antônio do Pinhal		Santo Antônio do Pinhal
3542305	SP	Redenção da Serra		Redenção da Serra		Redenção da Serra
3538006	SP	Pindamonhangaba		Pindamonhangaba		Pindamonhangaba
3532306	SP	Natividade da Serra		Natividade da Serra		Natividade da Serra
3526308	SP	Lagoinha		Lagoinha		Lagoinha
3509700	SP	Campos do Jordão		Campos do Jordão		Campos do Jordão
3555406	SP	Ubatuba		Ubatuba	Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião	Ubatuba
3550704	SP	São Sebastião		São Sebastião		São Sebastião
3520400	SP	Ilhabela		Ilhabela	Guaratinguetá	Ilhabela
3510500	SP	Caraguatatuba		Caraguatatuba		Caraguatatuba
3544301	SP	Roseira		Roseira		Roseira
3540754	SP	Potim		Potim		Potim
3538501	SP	Piquete		Piquete		Piquete
3527207	SP	Lorena		Lorena		Lorena
3518404	SP	Guaratinguetá		Guaratinguetá		Guaratinguetá
3513603	SP	Cunha		Cunha		Cunha
3509957	SP	Canas		Canas	Cruzeiro	Canas
3502507	SP	Aparecida		Aparecida		Aparecida
3552007	SP	Silveiras		Silveiras		Silveiras
3549607	SP	São José do Barreiro		São José do Barreiro		São José do Barreiro
3541901	SP	Queluz		Queluz		Queluz
3526605	SP	Lavrinhas		Lavrinhas		Lavrinhas
3513405	SP	Cruzeiro		Cruzeiro		Cruzeiro
3508603	SP	Cachoeira Paulista		Cachoeira Paulista		Cachoeira Paulista
3504909	SP	Bananal		Bananal		Bananal
3503505	SP	Areias		Areias		Areias
3503158	SP	Arapeí		Arapeí		Arapeí

Fonte: IBGE 2017





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

ANEXO XIX

CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(MINUTA)

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 46.638.714/0001-20, com sede na Rua Sete de Setembro, 701, Centro, TREMEMBÉ - SP, CEP 12170-000, devidamente representada por seu Prefeito Municipal, denominada simplesmente **"CONTRATANTE"**, e por outro lado _____, com sede à XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ: _____ CPF: _____ e DAP e/ou CAF: _____, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 003/2026, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS HORTIFRUTI DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública nº 003/2026, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros hortifruti da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Hortifruti da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros hortifruti do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ () por DAP e/ou





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

CAF por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Hortifruti, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Hortifruti da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela Diretoria de Compras, sendo o prazo do fornecimento por 06 (seis) meses ou até o término da quantidade adquirida.

a. entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública nº 003/2026.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros hortifruti, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Hortifruti da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir, que deverá ser entregue semanalmente até o esgotamento do item ou até o fim do prazo do contrato.

Item/Produto	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
	Kg	0000	R\$ 000	R\$ 00000
TOTAL GERAL				R\$ 00000

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias da Merenda Escolar:

Órgão	Unidade	Elemento de Despesa/Fonte/ Código De Aplicação

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Hortifrutí da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Hortifrutí da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 0xx/2026, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de e-mail.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 06 (seis) meses ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de TREMEMBÉ/SP para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

TREMEMBÉ/SP, ____ de ____ de 2026.

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO

(Agricultores no caso de grupo informal) TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

CONTRATADA: _____



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

PROCESSO INTERNO Nº 2015/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s).
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Tremembé, de de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(A) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome:





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1445/2026

Folha _____

Cargo: Secretário(a) Municipal de

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato de sua responsabilidade: Parecer Jurídico

Nome: Rodrigo Cardoso

Cargo: Procurador do Município

CPF:

Assinatura: _____

() - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

